

CRIANÇA(S), INFÂNCIA(S) E A SOCIOLOGIA DA INFÂNCIA: DESAFIOS PARA A DOCÊNCIA NA CONTEMPORANEIDADE¹

Laura Simone Marim Puerta.
Universidade Católica Dom Bosco (UCDB).
lauramarim293@hotmail.com
Formação de Professores: Repensando o Currículo e Prática Pedagógica.
Comunicação Oral

RESUMO

O propósito deste texto é apresentar algumas considerações a respeito das concepções de criança e infância advindas do referencial da nova Sociologia da Infância, especificamente a partir da análise desse campo de estudo, enquanto um paradigma emergente. Dentre os aspectos elencados destacam-se aqueles referentes à compreensão de que as crianças são atores sociais, que afetam e são afetados pela cultura da sociedade a qual pertencem e a infância é uma categoria geracional socialmente construída. Inicialmente, refletimos sobre a Sociologia da Infância na contemporaneidade; em seguida, discorremos sobre as ideias em relação às crianças e às infâncias sob a perspectiva da Sociologia da Infância e por essa razão e pelo fato de serem múltiplas, os termos crianças e infâncias são empregados no plural. E por fim, com base nas questões elencadas, discutimos brevemente sobre os desafios para a docência na contemporaneidade. Desta forma, considerando os objetivos e os limites deste artigo, não temos a pretensão de esgotar o assunto, mas lançar reflexões pertinentes para o momento atual, no que se refere às crianças, suas infâncias e a docência a partir da Sociologia da Infância.

PALAVRAS- CHAVE: Criança. Infância. Sociologia da Infância. Docência.

INTRODUÇÃO

A criança é parte de um processo histórico, social, econômico e cultural, que no decorrer da história adquiriu formas diversas de ser vista e considerada pelos adultos e, conseqüentemente, por toda uma sociedade.

Neste sentido, fatores como idade, classe social e posição familiar na estrutura socioeconômica influenciaram não somente a maneira de conceber a criança, mas também a representação de sua infância.

¹ Artigo originário da pesquisa de mestrado, em andamento, cujo objetivo principal é analisar o protagonismo das crianças pequenas frente aos estímulos recebidos e ao ambiente da creche.

Todavia, essa realidade de levar em consideração a criança nem sempre foi assim, como Tonucci (2008) nos mostra ao pontuar que:

até há alguns decênios atrás, a criança frequentemente morria ao nascer ou nos primeiros meses ou anos de vida; nem sempre podia frequentar uma escola e permanecia analfabeta; precisava começar a trabalhar antes dos dez anos, executando trabalhos pesados ou insalubres que a deformavam ou minavam a sua saúde; devia suportar as incompreensões, as humilhações e as violências dos adultos (TONUCCI, 2008, p.12).

Desta forma, a criança enquanto cidadã, sujeito ativo, social e de direitos, somente tem o seu reconhecimento e a redefinição do seu lugar na sociedade a partir do século XIX, uma vez que por muito tempo acreditou-se de que se tratava de um ser “ingênuo, inocente, gracioso ou ainda imperfeito e incompleto. Sem existência social, miniatura do adulto, abstrata e universal” (SANTOS e CRUZ, 2008, p.7). E como se não bastasse, a criança era ainda concebida como um ser passivo e infante, ou seja, “aquele que não fala” (CRUZ, 2008, p.11).

Além disso, Müller e Redin (2007) asseveram que, independente das concepções, a criança sempre existiu e que durante parte da Idade Média, era considerada como mero ser biológico, sem estatuto social nem identidade específica.

Contudo, de acordo com Larrosa (2001, p.284) podemos perceber que “a criança não é antiga, nem moderna, não está nem antes nem depois, mas agora, atual presente. Seu tempo não é linear, nem evolutivo, nem genérico, nem dialético, nem sequer narrativo”.

Diante ao exposto, evidenciamos que entendemos as crianças como sujeitos sociais, históricos e heterogêneos, com direitos, produtores e reprodutores de cultura.

É por isso que, segundo Kuhlmann Jr. (2007, p.31) é necessário considerar “a criança enquanto sujeito histórico e participante da construção do seu espaço e do seu tempo”. O autor ainda complementa:

[...] pensar a criança na história significa considerá-la como sujeito histórico e isso requer compreender o que se entende por sujeito histórico. Para tanto, é importante perceber que as crianças concretas, na sua materialidade, no seu nascer, no seu viver ou no morrer, expressam a inevitabilidade da história e nela se fazem presentes, nos seus mais diferentes momentos (KUHLMANN JR., 2007, p.31).

E em relação à infância, não muito diferente à forma como a criança foi concebida ao longo da história, também foi delineada de maneira diferenciada.

A saber, como nos apresenta Larrosa (2001) a infância com significado de futuro, que nos remete ao previamente conhecido, o adulto.

Sendo assim, com base nos estudos de Ariès (2014) é possível compreender que, historicamente, o conceito de infância modifica-se de acordo com implicações políticas, econômicas, sociais e culturais.

Neste aspecto, expressamos nossa compreensão de infância enquanto categoria histórica, social e cultural em razão de ser um conceito constituído no desenvolvimento histórico da humanidade, como também nos espaços sociais e culturais nos quais as crianças estão inseridas.

Uma vez que, segundo Dahlberg, Moss e Pence (2003)

a infância é uma construção social, elaborada para e pelas crianças, em um conjunto ativamente negociado de relações sociais. A infância como construção social é sempre contextualizada em relação ao tempo, ao local e à cultura, variando segundo a classe, o gênero e outras condições socioeconômicas. Por isso, não há uma infância natural nem universal, e nem uma criança natural ou universal, mas muitas infâncias e crianças. As crianças são atores sociais, participando da construção e determinando suas próprias vidas, mas também a vida daqueles que as cercam e das sociedades em que vivem. Os relacionamentos sociais e culturais das crianças são dignos de estudo por direito, as crianças têm voz própria e devem ser ouvidas de modo a serem consideradas com seriedade, envolvendo-as no diálogo e na tomada de decisões democráticas, e para se estender a infância (DAHLBERG, MOSS E PENCE, 2003, p.71).

Portanto, os conceitos de crianças e infâncias², que durante séculos foram expressos por ideias falsas de que ambos se tratavam de fenômenos naturais, passaram a ser social e historicamente delineados, o que justifica afirmar que esses conceitos não permaneceram os mesmos no percurso desse contexto.

Por isso é que um dos objetivos deste texto é apresentar algumas considerações a respeito das concepções de criança e infância advindas do referencial da nova Sociologia da Infância, especificamente a partir da análise desse campo de estudo, enquanto um paradigma emergente. Além de discutirmos brevemente sobre os desafios para a docência na contemporaneidade, o que muito implica em relação à formação de professores e a necessidade de se repensar o currículo bem como a prática pedagógica.

² Utilizaremos no decorrer do texto a expressão criança(s) e infância(s) por reconhecer que estamos tratando de sujeitos particulares com características próprias, como também de indivíduos que fazem parte de uma categoria, ou seja, de um grupo social. E que vivenciam uma infância individual, mas que por se tratar de um conceito polissêmico que direciona a uma multiplicidade de dimensões, há que se reconhecer a existência de diversas infâncias.

Desta forma, considerando os objetivos e os limites deste artigo, não temos a pretensão de esgotar o assunto, mas lançar reflexões pertinentes para o momento atual, no que se refere às crianças, suas infâncias e a docência a partir da Sociologia da Infância.

A SOCIOLOGIA DA / PARA A INFÂNCIA NA CONTEMPORANEIDADE

As crianças nunca estiveram ausentes do pensamento sociológico, assim como o lugar da infância, mesmo que em diferentes abordagens, também estiveram presentes na Sociologia. O que ocorreu, conforme Corsaro (2011) é que as crianças foram marginalizadas por esse campo das ciências sociais.

Isto é devido ao fato de que em cada período histórico, mudanças sociais e culturais acarretam influências na lógica de compreensão, bem como nas produções relacionadas às crianças e às infâncias.

Neste sentido, a criança foi alvo de diversas publicações, todavia como nos aponta Sarmiento, em perspectivas mais voltadas para aspectos biologistas,

que a reduzem a um estado intermédio de maturação e desenvolvimento humano, e psicologizantes, que tendem a interpretar as crianças como indivíduos que se desenvolvem independentemente da construção social das suas condições de existência e das representações e imagens historicamente construídas sobre e para eles (SARMENTO,2005,p.361).

Assim sendo, a crescente ampliação dos estudos especificamente sobre a infância, no campo das ciências humanas, deram margem para a consolidação de uma nova vertente da Sociologia da Educação, sendo ela a Sociologia da Infância.

Deste modo, Qvortrup (1995) citado por Sarmiento (2009) assevera que a expressão Sociologia da Infância tem sua formulação desde os anos 30.

Contudo, Sarmiento (2009, p.18) salienta que “a consideração da infância como categoria social apenas se desenvolveu no último quartel do século XX, com um significativo incremento a partir do início da década de 90”.

E em virtude dessa renovação dos estudos sociológicos em relação à infância é que esta área vem sendo considerada como nova Sociologia da Infância, como nos aponta Martins Filho (2010) ao ressaltar que

a Sociologia da Infância é um campo recente que estuda a infância em si mesma, isto é, como uma categoria sociológica do tipo geracional. Para a Sociologia da Infância as crianças são atores sociais ativos (MARTINS FILHO, 2010, p.5).

Desta forma, a Sociologia da Infância enquanto área de estudos e pesquisas iniciou-se a partir dos estudos de Sirota (2001), na França e Montandon (2001), na Inglaterra, com uma nova configuração de criança e infância.

No Brasil, esse campo encontra-se em desenvolvimento e é representado por alguns interlocutores brasileiros como Quinteiro (2002), Castro (1998) e outros.

Para tanto, em oposição à concepção de infância enquanto socialização passiva do adulto em relação à criança, a infância torna-se objeto de pesquisa e então se configura uma Sociologia não somente da Infância, mas também para ela.

Assim, trata-se de uma área emergente em que esse novo subcampo, conforme refere-se Belloni (2009) à Sociologia da Infância, está no centro das discussões no cenário da educação e vem constituindo-se a partir da crítica ao conceito de socialização.

De acordo com a própria autora, esse conceito também vem sendo questionado por diversas correntes, dentro e fora das áreas da educação e da sociologia, visto que é um conceito complexo e que possui variantes de acordo com suas correntes e seus momentos históricos e mudanças sociais.

Neste aspecto, Corsaro (2011) complementa pontuando que grande parte das teorias de socialização concebe a criança à parte da sociedade, como algo a ser moldado e guiado por forças externas, com a finalidade de ser um membro funcional na sua totalidade.

Ademais, segue afirmando que

grande parte do pensamento sociológico sobre crianças e infância deriva do trabalho teórico sobre socialização, processo pelo qual as crianças se adaptam e internalizam a sociedade (CORSARO, 2011, p.19).

Desta maneira, enquanto as abordagens clássicas de socialização concebem as crianças como objetos da socialização dos adultos, a nova Sociologia da Infância as consideram como atores do seu processo de socialização.

É diante desse contexto que a Sociologia da Infância é reconsiderada, com o intuito de garantir um espaço para a infância no discurso sociológico, valorizando a subjetividade e a ação das crianças, como também considerando a infância como estrutura social.

À vista disso, trazendo maiores contribuições Tonucci (2005, p.207) nos dizendo que “a nova sociologia reconhece às crianças o papel de atores sociais que interagem com pessoas, instituições e ideologias e que modelam um espaço para si mesmas em seus mundos sociais”.

Neste sentido, como pontua Belloni (2009, p.113) que a Sociologia da Infância da contemporaneidade “busca sobretudo estudar a infância como categoria válida nas ciências humanas para compreender melhor a situação das crianças reais em nossas sociedades contemporâneas”.

Deste modo, a Sociologia da Infância na contemporaneidade tem se tornado cada vez mais expressiva, no decorrer das duas últimas décadas, a partir da criação de novos conceitos e abordagens próprios, que superam uma análise evolutiva em relação crianças e as infâncias que compõem a realidade social contemporânea, sendo necessária a sua reflexão.

INFÂNCIA(S) E CRIANÇA(S) NA PERSPECTIVA DA SOCIOLOGIA DA INFÂNCIA

Ainda se reportando ao contexto da contemporaneidade, merece destaque a visibilidade social que as crianças e as infâncias receberam no cenário atual da sociedade.

Para tanto, a criança adquire seu reconhecimento e o discurso social e político a respeito da mesma passa a se referir à uma infância de direitos.

A esse respeito Belloni pontua que

as transformações relativas à infância estão entre as mais significativas mudanças socioculturais ocorridas ao final do século XX: mudaram os valores, as representações e os papéis atribuídos às crianças nas sociedades ocidentais. Doravante a criança é reconhecida como um valor em si, no presente, não mais como uma promessa para o futuro (da nação, da família): a criança é desejada, amada, protegida, consultada (BELLONI,2009,p.VII).

E, mesmo que a infância seja marcada por características biológicas comuns, em toda a espécie humana, essas ainda não são suficientes ou mesmo compensam as profundas diferenças históricas, sociológicas e antropológicas que diferenciam as infâncias da contemporaneidade, como nos aponta Belloni (2009).

Aliás, do ponto de vista sociológico e, neste caso, como objeto da Sociologia da Infância, entendemos a infância como parte da sociedade, sendo assim uma categorial social permanente e as crianças como agentes e atores sociais dos seus processos de socialização.

Deste modo, concordamos com Abramowicz e Oliveira (2010) citadas por Aquino (2015, p.164) ao expressarem seu entendimento a respeito das crianças, ao considerá-las “como sujeito e ator social do seu processo de socialização, e também construtores de sua infância, como atores plenos, e não apenas como objetos passivos deste processo e de qualquer outro”.

Além dessa redefinição do lugar social das crianças e da transformação da ideia de infância, gerando um novo olhar para as infâncias, a produção científica a respeito da criança e da infância obteve um aumento significativo nos últimos anos, expressos em números de títulos, como também na constituição de grupos de pesquisas nacionais e estrangeiros e na ampliação de comunidades de pesquisadores da área, conforme afirma Gouvea (2008).

A autora ainda acrescenta que

o aumento da produção fez-se acompanhar, nas investigações mais recentes, por um refinamento terminológico, em que busca-se precisar os conceitos que definem o campo. Assim é que termos como infância e criança, muitas vezes tomados indistintamente, vem sendo melhor diferenciados (GOUVEA,2008,p.97).

Essa distinção em relação ao duplo objeto de estudo da Sociologia da Infância, foi devido ao uso indiscriminado dos termos infância e criança, como se tratassem de categorias equivalentes.

Por esta razão, a Sociologia da Infância faz uma distinção semântica e conceitual em relação a esses termos, de modo que a infância corresponde à uma categoria social do tipo geracional, ou seja, representa uma geração própria de sujeitos com estatuto próprio. E a criança é ator social, concreto e real que integra essa categoria geracional.

Deste modo, o estudo da infância e das crianças também foram redefinidos e como nos aponta Ferreira (2004) desconstruíram o paradigma tradicional da Sociologia da Infância e desde então um paradigma emerge com a ideia de que a criança se torna o centro de interesse a partir de si próprias, dando origem a um novo paradigma da Sociologia da Infância que

com base nos princípios-chave que o constituem:i) a infância é uma construção social;ii) a infância é uma variável da análise social que não pode ser compreendida senão na sua relação com outras variáveis da estrutura social de que faz parte, como o gênero, a classe social, a etnia; iii)as culturas e relações sociais das crianças são dignas

de ser estudadas em si mesmas no presente e não em relação ao seu futuro como adultas;iv) as crianças são e devem ser vistas como seres ativos na construção e determinação de suas vidas sociais e na dos que as rodeiam, num contexto intergeracional (FERREIRA, 2004,p.18).

Sob essa ótica, Corsaro (2011, p.15) afirma que a Sociologia redescobre a infância e se refere às crianças pontuando que elas “produzem suas próprias e exclusivas culturas infantis, enquanto, simultaneamente, contribuem para a produção das sociedades adultas”.

Porquanto, a partir do reenquadramento infantil, nesta perspectiva as crianças são vistas como autoras e protagonistas na construção e determinação de suas vidas.

Igualmente, importa salientar com base em Sarmiento (2009, p.22) que as crianças da contemporaneidade são consideradas “como atores sociais, nos seus mundos de vida, e a infância, como categoria do tipo geracional, socialmente construída”.

Neste caso, a infância do ponto de vista estrutural é distinta e permanente nas sociedades humanas e enquanto categoria social do tipo geracional, em que a geração ou a faixa etária é o elemento definidor do lugar ocupado pela infância na sociedade, trata-se de um grupo social próprio que constitui a sociedade, semelhante à outras categorias estruturais como de classes sociais, de gênero ou de idade.

Assim, a infância vista de forma estrutural corresponde à ideia de que a infância é uma categoria que permanece, mesmo que as crianças cresçam.

Ainda, nessa perspectiva a infância é integrada à sociedade como um fenômeno social que ultrapassa as visões individualistas de socialização e as crianças são autoras de suas próprias infâncias, contribuindo ativamente para a cultura adulta.

A PRÁTICA DOCENTE COM CRIANÇAS NA CONTEMPORANEIDADE

No decorrer da história, o modo de tratar e considerar a criança foi sendo modificado conforme os estudos foram lhe garantindo a condição enquanto ser de direitos.

Neste sentido, as contribuições de vários pesquisadores, dentre eles Ghiraldelli Jr.(2000), Kuhlmann Jr. (2010) e Ariès (2014) evidenciam que por muito tempo as crianças não eram tidas como “sujeito de direitos”, pois estavam à margem da família; de modo que só seriam de fato sujeitos quando obtivessem a idade da razão (CARVALHO, 2003).

Sob este prisma, a prática docente com as crianças na contemporaneidade também requer mudanças, as quais desencadeiam alguns desafios, dentre eles o repensar do currículo como também da prática pedagógica.

E além das crianças e suas infâncias, mas o olhar para as implicações da docência faz-se necessário, como nos mostra Morettini (2000) ao pontuar que

os professores enquanto sujeitos sócio-históricos constituem-se em suas experiências exercidas no mundo e, é através delas que se fazem e fazem história da categoria docente. Nesse sentido, poucas são as análises feitas sobre educadores de crianças pequenas (MORETTINI, 2000, p.25).

Complementando essa questão Campos (2012, p.15) nos apresenta um outro desafio da contemporaneidade ao afirmar que “no caso da educação infantil, uma pedagogia que procure favorecer o respeito à criança pequena encontra-se em construção”.

Ainda, de acordo com Montandon

[...] não basta examinar as práticas educativas de seus educadores, mas é necessário compreender as perspectivas das crianças, ou dito de modo mais simples, que importa analisar não apenas o que os educadores fazem com as crianças, como também o que estas fazem com o que se faz com elas (MONTANDON, 2005, p.485).

Desta maneira, vemos o quão complexa e exigente é a docência com crianças e suas infâncias na contemporaneidade.

E além disso, conforme Bauman (2007) apud Momo (2012) é possível pensar em alguns sentimentos de infância da atualidade, como por exemplo, a infância do consumo, com seus significados e sentimentos atribuídos a ela, o que exige ainda mais, da parte dos professores para melhor compreender essa infância atual.

Uma vez que, como mudaram as concepções de crianças e infâncias, é preciso que as práticas docentes com as crianças da contemporaneidade também sejam alteradas e reformuladas, de acordo com essa nova visão e as exigências que lhe competem.

Ainda nessa perspectiva, Momo complementa a ideia com base no pensamento de Campos e Souza (2002) apud Momo (2012, p.31) que entendem que “a infância, na contemporaneidade, muda seu lugar social, deixando de ser inapta, incompleta, para ser consumidora, transformando sobremaneira sua forma de inserção no mundo”.

Desta forma, a autora pontua que um novo jeito de ser criança é produzido na sociedade do consumo, com sujeitos diferentes dos sujeitos da modernidade passada.

Ao que Momo (2012, p.34) se referindo a um determinado tipo de infância optou por “chamar de infância pós-moderna”, em que o consumo não se trata apenas de bens materiais, mas envolve significados e representações que desencadeiam desejos e processos de identificação.

E para este desafio Arroyo (1995) apud Carvalho (2003) pontua que

o espaço no qual deve se efetivar ações qualitativas direcionadas à criança-sujeito-de direitos, requer profissionais habilitados e com competência para articular o binômio cuidado-educação, na sua prática cotidiana com grupos de crianças de zero a seis anos de idade (CARVALHO, 2003, p.26).

É por isso que, Mantovani e Perani (1999) apud Carvalho (2003, p.27) “afirmam que ser educador da primeira infância é uma profissão a ser inventada”.

E Rocha (1999) apud Carvalho (2003) complementa declarando que

pensar, analisar e perspectivar a educação de crianças pequenas em contextos educativos específicos, exige que se retomem os diferentes níveis de análise sobre a criança, percebendo-se as diferentes dimensões de sua constituição percebendo-a como um outro a ser ouvido (CARVALHO, 2003, p.53).

E assim, além dos destaques elencados, outro ponto interessante que deve ser considerado pelos professores, e conseqüentemente significa um desafio, é o modo como o tempo é visto e empregado nas rotinas das instituições de Educação Infantil, que muitas vezes não condiz com o tempo das crianças.

A esse respeito Carvalho (2015, p.124) pontua a existência de um tempo institucional predeterminado e um tempo subjetivo das crianças que muitas vezes não é respeitado, em razão de que “o tempo é significado pelas crianças de modo recursivo, sem medidas, capaz de ser sempre reiniciado, repetido e continuamente reinvestido de novas possibilidades”.

Dito em outras palavras, Delgado (2015) aponta para a urgência da profissionalização das rotinas, em razão de que os aspectos pedagógicos são parte dos discursos, mas distantes das ações cotidianas nas instituições, o que inclusive consiste num desafio para a docência contemporânea.

Também não poderíamos deixar de expressar um desafio tão importante quanto os demais já apresentados, que se refere ao binômio educar e cuidar, ao qual Tiriba (2005) faz considerações muito pertinentes dizendo que

o binômio cuidar e educar é, geralmente, compreendido como um processo único, em que as duas ações estão profundamente imbricadas, Mas, muitas vezes, a conjunção sugere a ideia de duas dimensões independentes: uma que se refere ao corpo e outra aos processos cognitivos (TIRIBA,2005,p.66).

Assim, a autora nos mostra que ao gerar essa dicotomia em que as professoras se encarregam de educar e as auxiliares, de cuidar, ou seja, uma ideia errônea da docência, quem sofre as consequências são as crianças, pelas oportunidades perdidas.

Por fim, encerramos essa discussão, não porque são apenas esses desafios descritos, pelo contrário, ainda há a existência de muitos outros tão importantes quanto, mas devido aos limites deste artigo nos restringiremos aos apresentados, entendendo que eles são pertinentes para um processo de reflexão.

E para contribuir ainda mais para esse processo, deixamos a ressalva de Brostolin e Rosa (2014) que nos instiga a pensar que

a docência é a prática na qual cada ação exige a tomada de uma decisão ou opção teórica. O exercício do magistério envolve concepções, técnicas, procedimentos, instrumentos, estudos e projeção de experiências. É necessário um fazer pedagógico coerente com a concepção de criança e infância adotada, de democracia, com a indissociação entre o cuidar e o educar, com a ludicidade e a brincadeira e que, em sua realização pressuponha processos de interação e colaboração sistemáticas, com base na escuta, no diálogo e na negociação, e tenha em consideração a diversidade e o pertencimento (BROSTOLIN e ROSA, 2014, p.52-53).

Enfim, a docência na contemporaneidade implica em muitos desafios e é preciso identificá-los para então superá-los um a um, garantindo o espaço devido tanto para o docente, quanto para as crianças e suas infâncias.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por todo o exposto, vemos que a história nos mostra a valorização da infância, conforme lhe é atribuída na atualidade não existiu sempre da mesma maneira. De igual modo em relação à percepção de criança.

Neste sentido, de acordo com Sarmiento (2001) citado por Corsino (2005)

a infância é uma categoria histórica e social. Se houve sempre crianças, não houve sempre infância. As formas de organização da sociedade e as condições de existência e de inserção da criança em cada contexto social, econômico, político e cultural é que

vão delineando as diferentes concepções de infância e as diferentes formas de ser criança (CORSINO,2005,p.204).

Deste modo, entendemos que o estudo das crianças e suas infâncias sob o viés da Sociologia da Infância não é recente. Todavia, os olhares para as crianças e as infâncias é que foram redirecionados, dando origem à novas formas de conceituar as crianças, que superam uma análise apenas evolutiva.

De forma que, agora, sob o viés da Sociologia da Infância, as crianças são estudadas a partir de sua própria voz, ocupam um tempo e um espaço no presente e são vistas numa perspectiva histórico-social- cultural, enquanto crianças reais que, de fato, são.

Assim, como nos indica Corsaro (2011) apud Qvortrup (1994a) entendemos a infância como parte integrante da sociedade, como também uma forma estrutural que está inter-relacionada à diversas categorias estruturais como de classe, gênero e idade.

E com relação aos desafios para a docência da contemporaneidade, levando em consideração os pontos destacados, vemos que os desafios são diversos e exigem que o docente repense o currículo e reformule sua prática pedagógica sob a perspectiva das crianças enquanto sujeitos de direitos que vivem suas múltiplas infâncias.

REFERÊNCIAS

ARIÈS, P. **História social da criança e da família**. Tradução de Dora Flaksman.2.ed.Rio de Janeiro:LTC,2014.

AQUINO, L.D.L. Educação Infantil em tempo integral: infância, direitos e políticas de educação infantil. In: ARAÚJO, V.C.D.(Org.).**Educação Infantil em jornada de tempo integral: dilemas e perspectivas**.Ministério da Educação;Vitória:EDUFES,2015.

BELLONI, M.L.**O que é Sociologia da Infância**.Campinas,SP:Autores Associados,2009.

BROSTOLIN, M.R.;ROSA,M. A instituição de educação infantil: implicações e desafios a partir da inserção no sistema de ensino brasileiro.In: CARMO,J.C.; BROSTOLIN, M.R.;SOUZA,N.M. (Orgs.). **Instituição Escolar na Diversidade: políticas, formação e diversidade**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2014.

CAMPOS, M. M. Infância como construção social: contribuições do campo da Pedagogia. In: VAZ, A. F.; MOMM, C. M. (Orgs.). **Educação Infantil e Sociedade: questões contemporâneas**. Nova Petrópolis: Nova Harmonia, 2012.

CARVALHO, E. M. G. de. **Educação Infantil: Percursos, percalços, dilemas e perspectivas**. Ilhéus: Editus, 2003.

CARVALHO, R.S.de. Entre as culturas a da infância e a rotina escolar: em busca do sentido do tempo na educação infantil. **Revista Teias**, v.16, n.41, p.124-141, abr./jun. 2015.

CASTRO, L.R.de (Org.).**Infância e Adolescência na cultura do consumo**.Rio de Janeiro:NAU,2001.

CORSARO, W. A. **Sociologia da Infância**. Porto Alegre: Artemed, 2011.

CORSINO, P. Educação Infantil: a necessária institucionalização da infância. In: KRAMER, S. (Org.). **Profissionais de Educação Infantil: gestão e formação**. São Paulo: Ática, 2005.

CRUZ, S. H. V. (Org.). **A criança fala: a escuta de crianças em pesquisas**. São Paulo: Cortez, 2008.

DAHLBERG, G.; MOSS, P.; PENCE, A. **Qualidade na educação da primeira infância: perspectivas pós-modernas**. Tradução: Magda França Lopes. Porto Alegre: Artmed,2003.

DELGADO, J.Entre os saberes e práticas das professoras de Educação Infantil: um estudo sobre os cuidados na primeira infância.**Poiésis**,Tubarão.V.9,n.15,p.63-79,jan/jun.2015.

FERREIRA, M. **A gente gosta é de brincar com os outros meninos!**Relações sociais entre crianças num Jardim de Infância. Porto: Edições Afrontamento, 2004.

GHIRALDELLI JR. P. As concepções de infância e as teorias educacionais modernas e contemporâneas. **Educação e Realidade**, v.1, n.25,10 jul.2000.

GOUVEA, M.C.S.A escrita da história da infância: periodização e fontes.In: SARMENTO,M.J.;GOUVEA,M.C.S. (Org.). **Estudos da infância: educação e práticas sociais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

KUHLMANN JUNIOR, M. Educação Infantil e currículo. In: GOULART, Ana Lúcia de Faria; PALHARES, Marina Silveira. (Orgs.).**Educação Infantil pós LDB:rumos e desafios**.Campinas,São Paulo:Autores Associados,2007.

_____.**Infância e educação infantil: uma abordagem histórica**. Porto Alegre: Mediação, 2010.

LARROSA, J. Dar a palavra. Notas para uma Dialógica da Transmissão. In: LARROSA, J.;SKLIAR,C. (Org.).**Habitantes de Babel**.Belo Horizonte:Autêntica,2001.

MARTINS FILHO, A.J. Jeitos de ser criança: balanço de uma década de pesquisas com crianças apresentadas na ANPED. In: [CD-ROM] **33º Reunião Anual da ANPED- Educação no Brasil: o balanço de uma década**. Caxambu/MG, 2010.

MOMO, M. Mídia, consumo e os desafios de educar uma infância pós-moderna. In: DORNELLES, L.V.;BUJES,E.(Org.). **Educação e infância na era da informação**. Porto Alegre: Mediação, 2012.

MONTANDON, C. Sociologia da Infância: balanço dos trabalhos em língua inglesa. Tradução Neide Luzia de Rezende. **Cadernos de Pesquisa**, SP, n.112, p.33-60, março/2001.

_____.As práticas educativas e a experiência das crianças. In: **Educação & Sociedade**, Campinas, vol.26, n.91, Maio/Ago. 2005.

MORETTINI, M.T.**Professoras de educação infantil**:personagens que se constituem no movimento de suas trajetórias.Campo Grande,MS:Ed.UFMS,2000.

MÜLLER, F. e REDIN, M.M.Sobre as crianças, a infância e as práticas escolares.In:REDIN,E. et al (Org.). **Infâncias**: cidades e escolas amigas das crianças. Porto Alegre: Mediação, 2007.

QUINTEIRO, J.Sobre a emergência de uma Sociologia da Infância: contribuições para o debate.**Perspectiva**,Florianópolis,v.20,n. Especial,p.137-162,jul./dez.2002.

SANTOS, S.M.P.dos; CRUZ, D.R.M.da.**Brinquedo e infância**:um guia para pais e educadores em creche.Petrópolis:Vozes,2008.

SARMENTO, M.J.Gerações e Alteridade: interrogações a partir da sociologia da infância.**Educação e Sociedade**,Campinas,v.26,n.91,p.361-378,maio/ago.2005.

_____.Sociologia da Infância: correntes e confluências. In: SARMENTO, M.J.;GOUVEA,M.C.S. (Org.). **Estudos da infância**: educação e práticas sociais. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

SIROTA, R. **Emergência de uma Sociologia da Infância**: evolução do objeto e do olhar. Tradução Tradução Neide Luzia de Rezende. **Cadernos de Pesquisa**, SP, n.112, p.7-31, março/2001.

TIRIBA, L. Educar e Cuidar: buscando a teoria para compreender os discursos e as práticas. In: KRAMER, S. (Org.) **Profissionais da Educação Infantil**: gestão e formação. São Paulo: Ática, 2005.

TONUCCI, F. **Quando as crianças dizem**: agora chega!Tradução Alba Olmi. Porto Alegre: Artmed, 2005.

_____.**Frato**: 40 anos com olhos de criança. Tradução Maria Carmen Silveira Barbosa. Porto Alegre: Artmed, 2008.